



MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO FISCAL
1º SEMESTRE DE 2021

PREVIRB
Fundação de Previdência dos Servidores do Instituto de
Resseguros do Brasil



1. INTRODUÇÃO

Em atendimento ao art. 19 da Resolução do Conselho de Gestão de Previdência Complementar (CGPC) nº 13, de 01/10/2004 e ao art. 8º da Resolução CNPC nº 39, de 30/3/2021, este Conselho, reunido em 30 de dezembro de 2021, concluiu a análise da documentação do período de **1º de janeiro de 2021 a 30 de junho de 2021**, disponibilizada pela PREVIRB e listada a seguir:

- a. Memorandos da Superintendência Geral (SUPGE) nº 016 e 021/2021;
- b. Memorando da Diretoria de Benefícios (DIBEN) nº 028/2021;
- c. Memorando da Diretoria Financeira e de Investimentos (DIFIN) nº 008/2021;
- d. Relatório de Controles Internos nº 006/2021;
- e. Balanços Patrimoniais, Demonstrações de Resultados e Contábeis;
- f. Relatórios de Riscos da ADITUS;
- g. Acompanhamento Orçamentário para o período;
- h. Documentação Suporte da Diretoria Executiva, dentre outros.

2. ADERÊNCIA DA EXECUÇÃO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS DOS PLANOS PREVIDENCIAIS A, B e PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (PGA)

2.1. Gestão dos Recursos Garantidores

O Conselho observou, fundamentado na documentação suporte, que a gestão dos recursos garantidores vem sendo realizada pela PREVIRB, em conformidade com as diretrizes da Política de Investimentos e com os dispositivos da Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 4.661/18, de 25/05/2018.

2.2. Enquadramento das Aplicações

Os limites das aplicações de recursos dos Planos Previdenciais A e B, bem como os do Plano de Gestão Administrativa (PGA), estão aderentes aos dispositivos estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.661/18, bem como os preceitos da Política de

Investimentos, aprovada pelo Conselho Deliberativo da PREVIRB, considerando a documentação suporte apresentada.

2.3. Sistema de Captação de Dados de Investimentos

O Conselho, considerando por base a documentação suporte apresentada, observou que os prazos referentes aos demonstrativos de investimentos dos Planos Previdenciais satisfazem às determinações das Instruções nºs 8, de 14/11/2018; 31, de 20/8/2020; 35, de 11/11/2020 da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC)¹.

2.4. Controle de Riscos

2.4.1 Balanço Patrimonial

Segue, na tabela abaixo, o resumo do balanço patrimonial de junho de 2021, em comparação com dezembro de 2020, segregado para os planos A e B:

Conta	Plano A			Plano B		
	jun/21	dez/20	%	jun/21	dez/20	%
Ativo	2.488.614.114	2.291.201.465	9%	240.108.091	224.284.740	7%
Passivo	1.987.849.520	1.863.517.948	7%	234.421.796	216.428.954	8%
Superávit	467.084.857	427.683.517	9%	5.539.123	7.855.786	-29%

Pela análise do balanço patrimonial, os planos apresentaram condição superavitária. No primeiro semestre de 2021, o superávit apresentou acréscimo de 9% para o Plano A e decréscimo de 29% para o Plano B. A razão para a redução do superávit no Plano A se deve a diversos fatores, quais sejam: aumento da provisão matemática, impactada, principalmente, pela alteração da premissa de taxa de juros, que passou de 4,10%a.a. para 3,76%a.a.; alteração do Plano de Contas, que passou a registrar a provisão matemática, referente ao Grupo “Pré-68”, no Ativo do plano como “Operações Contratadas”, anulando

¹ Instrução PREVIC nº 15/2014, de 12/11/2014 – Revogada pela IN PREVIC nº 31/2020 e Instrução PREVIC nº 6/2018, de 14/11/2018 – Revogada pela IN PREVIC nº 35/2020.

o efeito redutor que antes havia ao se registrar no passivo; além da constituição do Fundo Previdencial para Revisão do Plano, com valor de R\$ 140,10 milhões para posterior distribuição do superávit, na forma da legislação vigente. No Plano B, verificamos o mesmo efeito de aumento das provisões em decorrência da alteração da taxa de juros. Além disso, a Reserva de Benefícios Concedidos aumentou 24,87% em comparação ao mesmo período de 2020, representando uma variação, em termos de valor, de R\$ 44.504.188,82 em 30/06/2020; para R\$ 57.519.993,58, em 30/06/2021 e a Reserva de Benefícios à Conceder aumentou 10% em comparação a janeiro/2021, representando uma variação, em termos de valor, de R\$ 117.257.981,71 em 31/01/2021; para R\$ 128.741.627,12, em 30/06/2021 o que acarretou uma necessidade de aumento da Reserva de Contingência de até R\$ 11.068.191,76 em 30/06/2020; para até R\$ 14.305.222,40 em 30/06/2021.

2.4.2. Geração de Déficit/Superávit

Segue apresentada, na tabela abaixo, a movimentação do demonstrativo de resultado, acumulado de janeiro a junho de 2021.

Conta	Plano A	Plano B	Plano PGA*
Contribuições/Receitas	811	10.515.210	3.646.569
Deduções/Despesas	- 63.161.825	- 4.110.038	- 4.472.056
Fluxo dos Investimentos	124.589.742	9.431.458	1.091.776
Constituições/Reversões	- 22.027.387	- 18.153.293	266.290
Superávit/Déficit	39.401.340	- 2.316.663	-

* O somatório da coluna PGA é zero, pois o PGA não é previdencial, portanto, eventuais reversões ou constituições são agregadas ao fundo. Como ocorreu constituição no período, o fundo está sendo incrementado.

A condição de superávit observado no semestre no Plano A, deve-se em grande parte ao impacto sobre a rentabilidade dos ativos, conforme apresentado a seguir no item 2.4.3. Esse resultado só não foi maior, pois houve aumento das provisões matemáticas, em decorrência da alteração da taxa de juros atuariais e do impacto do novo Plano de Contas, que passou a registrar a reserva matemática do Grupo “Pré-68” no Ativo, como “Operações Contratadas”, anulando o efeito redutor que antes existia, quando se registrava no passivo como “Provisões Matemáticas a Constituir”.

No Plano B, apesar do plano continuar em condição superavitária, neste 1º semestre houve diminuição do mesmo. Isso se deve em razão da alteração da taxa de juros atuariais

e do aumento dos benefícios concedidos do Plano, o que fez aumentar a exigência de constituição de uma Reserva de Contingência maior, que passou de até R\$ 11.126.047,21, em 30/06/2020; para até R\$ 14.379.998,40, em 30/06/2021. (POR THAYS: (r\$ 11.126 E R\$ 14.379)

2.4.3. Ativos

2.4.3.1. Rentabilidade dos Ativos

O Relatório de Enquadramento do Plano de Aplicações apresenta o desempenho da carteira de ativos para cada plano. Os resultados acumulados de janeiro a junho de 2021, estão resumidos na tabela abaixo.

Contas	Rentabilidade Acumulada	Meta	Varição % em relação à Meta
PLANO A	5,84%	5,89%	99,1%
PLANO B	4,38%	1,28%	342,5%
PGA	3,72%	1,28%	290,76%

Observamos, neste relatório, que para o caso do Plano A, o desempenho financeiro se manteve ligeiramente abaixo da meta estabelecida no período. Tal fato decorre principalmente da elevação de ativos marcados a mercado (por força da IN PREVIC nº 31/2020), além da nova dinâmica econômica, já que no período observou-se uma elevação da inflação e, por consequência, da taxa básica de juros, impactando o mercado de ativos como um todo. A inflação especificamente impacta a meta atuarial, tornando-a bastante elevada no período de observação. Outro ponto a destacar, diz respeito à pandemia do coronavírus (“Covid-19”), que ainda produz efeitos negativos, na medida em que a retomada da economia acaba sendo postergada, provocando um impacto maior na economia real e, portanto, na bolsa de valores.

A Diretoria Executiva da Fundação (“DIREX”) informou que estão sendo adotadas ações com o intuito atenuar os referidos efeitos negativos, principalmente em relação ao Plano A, informando ainda que a situação é conjuntural. No caso do Plano B, muito embora acima da meta no período, a mesma atenção é destacada, pois, como plano de contribuição variável, existe a parcela de benefício definido que deve ser monitorada.

Com relação ao PGA, o desempenho observado foi acima da meta, já que o mesmo atua somente com o segmento de renda fixa, com menos ativos marcados a mercado, não sofrendo, por consequência, os efeitos negativos do mercado acionário.

2.4.3.2. Value at Risk (VaR)

A tabela abaixo apresenta o VaR calculado pela Consultoria Aditus, para junho de 2021.

Conta	Limite do VaR	Var calculado
Plano A (Renda Fixa)	2,50%	0,05%
Plano A (Renda Variável)	18,00%	7,27%
Plano B (Renda Fixa)	2,50%	0,18%
Plano B (Renda Variável)	18,00%	7,02%
Plano PGA (Renda Fixa)	2,50%	0,08%

Observamos que os valores calculados se encontram dentro do limite de VaR para os planos previdenciais, bem como para o PGA. Passado o ano de 2020 e sua conjuntura atípica, a volatilidade do mercado arrefeceu, mas, ainda que tenhamos projeções, elas não estão totalmente estabilizadas para o comportamento da economia até o final do presente exercício. De todo modo, não deveremos observar variações abruptas ou com o mesmo impacto do ano anterior.

A DIREX procedeu às explicações sobre o mercado e o comportamento dos ativos geridos pela Fundação, pontuando que os momentos de turbulência extrema foram bastante reduzidos. O fato é corroborado pelo comportamento dos ativos demonstrados no quadro acima, sendo certo que há um constante monitoramento. Além disso, é comum a volatilidade fazer extrapolar os limites das carteiras e que, por ora, o importante é monitorar os acontecimentos e os desempenhos dos títulos.

2.4.4. Considerações

O Relatório da Aditus apresenta a adequação da gestão dos recursos dos Planos, em consonância sobretudo com as Resoluções CMN nº 4.661/18 (e atualizações) e CGPC nº 13/04, bem como com as demais normas editadas pela PREVIC. Além disso, verifica-se

no referido Relatório uma adequação às Políticas e aos limites de VaR, tal como abordado no item anterior. Não obstante, haverá monitoramento constante acerca deste quesito até o encerramento do exercício.

3. PREMISSAS E HIPÓTESES ATUARIAIS

No período em estudo, considerando as informações transmitidas pela Diretoria Executiva e o acompanhamento das demonstrações trazidas a este Conselho, pode-se observar as ocorrências a seguir comentadas.

Importante destacar, ainda, que não foram realizados novos Testes de Aderência no 1º semestre de 2021.

Para o Plano A, destaca-se:

- a) As premissas e hipóteses foram mantidas no período, com destaque para:
 - Manutenção da tábua de mortalidade geral AT-2000 (Suavizada 10%) M&F, para o Grupo de custeio Plano A e “Pré-68”;
 - Manutenção da taxa de juros em 3,76% a.a.
- b) Ao final de 2020, foi constituído o Fundo Previdencial para Revisão do Plano, com valor de R\$ 140,10 milhões. Mesmo com a constituição desse Fundo, houve o registro de R\$ 98,36 milhões, ao final do 1º semestre de 2021, na Reserva Especial para Revisão do Plano;
- c) A variação das Provisões Matemáticas foi positiva de 14,78%, em relação ao mesmo período de 2020, variando de R\$ 1.583.936.349,05, em junho/2020, para R\$ 1.818.036.181,73, em junho/2021. Isto, em decorrência, por um lado, da atualização dos benefícios e salários; da alteração da taxa de juros que passou de 4,10% para 3,76%; e, da Tábua de Mortalidade do Grupo de Custeio “Pré-68”, que passou de AT-83 para AT-2000 (suav. 10%), por força da Avaliação Atuarial de 2020, o que gerou aumento nas provisões. Além disso, por conta do novo Plano de Contas, a “Provisão Matemática a Constituir,

referente ao Grupo “Pré-68”, passou a ser registrado no Ativo do plano como “Operações Contratadas”. Por outro lado, contrabalançando esse efeito, houve os falecimentos ocorridos no período.

Para o Plano B, temos os seguintes destaques:

- a) As premissas e hipóteses foram mantidas no período, com destaque para:
 - Manutenção da tábua de mortalidade geral AT-2000 Suavizada em 10% (D10%) M&F;
 - Manutenção da taxa de juros em 3,76% a.a.

- b) Revisão do Plano de Custeio, com base na proposta da Mercer, com aumento da alíquota de contribuição para os benefícios de risco dos participantes ativos de 5,769% para 6,809%, aplicado a partir de 1º/04/2021;

- c) Com relação ao Plano Previdencial B, o valor do Fundo Previdencial de Revisão de Plano – Reserva Especial de 2016, que foi constituído na Avaliação Atuarial de encerramento de exercício de 2019, em face da destinação obrigatória relativamente à Reserva Especial de 2016, mantida por três exercícios, no triênio de 2016 a 2018, que totalizava R\$ 993.479,32, teve que ser integralmente revertido para a Reserva de Contingência, na forma da legislação vigente;

- d) A variação das Provisões Matemáticas foi positiva de 21,93% em relação ao mesmo período de 2020, variando de R\$ 152.764.722,55, em junho/2020, para R\$ 186.261.620,70, em junho/2021, em virtude, por um lado, da atualização dos benefícios e salários e da alteração da taxa de juros que passou de 4,10%a.a. para 3,76%a.a., por força da Avaliação Atuarial de 2020, o que gerou aumento nas provisões. Por outro lado, contrabalançando esse efeito, houve os falecimentos ocorridos no período.

Cabe informar, por oportuno, que está prevista para o segundo semestre de 2021 a realização de novos Testes de Aderência para os Planos A e B.

Tendo em vista o exposto, os dados fornecidos pela Direção da Entidade e o desempenho que a PREVIRB vem apresentando, este Conselho entende que permanece

o equilíbrio entre o patrimônio e os compromissos e obrigações dos benefícios dos Planos A e B.

3.1. Gestão Atuarial

As alterações sofridas pelos Planos durante o 1º semestre de 2021, estão descritas ao longo desta Manifestação, as quais são de conhecimento e já foram aprovadas pela PREVIC.

Destinação reserva especial:

De acordo com os balanços de ambos os Planos, esses apresentam resultados superavitários, de forma consistente e contínua, há mais de 20 anos. O Plano A constituiu ao final de 2020, o Fundo Previdencial de Revisão do Plano, para posterior distribuição do superávit na forma da legislação vigente.

Desta forma, este Conselho entende que os regimes, métodos e premissas revelam consistência entre si, com os dados cadastrais e estão de acordo com a legislação e com os objetivos e práticas atuariais.

3.2. Gestão cadastral

O último recadastramento foi realizado em 2021, finalizando em 8/2021, apresentando o seguinte índice de retorno:

PLANO A	Nº. DE PARTIC.	Nº. DE RECADASTRADOS	% DE RECADASTRADOS
PARTICIPANTES	6	2	33,33%
ASSISTIDOS	1.153	797	69,12%
PENSIONISTA	290	117	40,63%
TOTAL PL. A	1.447	916	63,30%

PLANO B	Nº DE PARTIC.	Nº DE RECADASTRADOS	% DE RECADASTRADOS
PARTICIPANTES	571	329	57,62%
ASSISTIDOS	89	34	38,20%
PENSIONISTA	8	4	50,00%
TOTAL PL. B	668	367	54,94%

TOTAL GERAL	2.106	1.283	60,92%
--------------------	--------------	--------------	---------------

O índice de participação foi aquém do esperado devido ao fato de que o processo de cadastramento foi feito, unicamente, de forma eletrônica. Isto porque, em razão da pandemia, não seria possível determinar aos participantes que se deslocassem aos Correios, para envio de forma física.

4. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As análises das demonstrações da execução orçamentária, no 1º semestre de 2021, foram efetuadas, tendo sido aceitos os esclarecimentos prestados pela Diretoria Executiva sobre as variações orçamentárias consideradas relevantes.

O valor realizado para efeito de cálculo do resultado acumulado no exercício relativo à gestão previdencial do Plano A como um todo ficou 53% acima do valor orçado, influenciado basicamente pelas reversões nas Provisões Atuariais que sofreram uma enorme variação negativa entre o Realizado e o Orçado, tendo em vista que o orçamento foi feito considerando que, na atualização da reserva matemática, o efeito de acréscimo da inflação projetada seria inferior ao efeito redutor do pagamento de benefícios concedidos, porém, o aumento das taxas de inflação, observadas no 1º trimestre, e que permaneceu no 2º trimestre, impactou fortemente a atualização das reservas. Isto porque a inflação projetada não previa o aumento expressivo neste índice para 2021. Há, também, uma tendência de aumento da inflação nos próximos meses.

No fluxo de investimentos do Plano A, o resultado realizado foi 50% acima do orçado no período. A referida performance decorreu basicamente da elevação dos índices de inflação, tendo impacto direto nos ativos indexados, além do melhor desempenho dos

ativos pós fixados, que acompanham a elevação da taxa de juros, em função do aumento da taxa SELIC e de seus reflexos no mercado em geral. Destaque para o desempenho das NTN-B em carteira própria e nos ativos de crédito privado. Nos Fundos de Investimentos e na rubrica de Empréstimos e Financiamentos, também houve desempenho bastante positivo dado pelas NTN-B's do fundo exclusivo e em relação aos empréstimos, com a elevação do INPC.

Já o resultado acumulado no exercício relativo à gestão previdencial do Plano B, com relação às projeções de Adições, o resultado global encontra-se dentro dos parâmetros esperados, com variação inferior a 1%.

Com relação às “Provisões Atuariais” a variação de 20% foi influenciada pelo fato de ter sido considerada nos cálculos, a concessão de 2 pensões no período, com benefícios acima da média dos anos anteriores. Além disso, as hipóteses atuariais vigentes na data que o orçamento foi feito, em 10/2020, não consideraram a alteração da taxa de juros atuariais, que passou de 4,10% a.a. para 3,76% a.a., que impacta no aumento da reserva de benefícios concedidos.

No fluxo de investimentos do Plano B, o resultado realizado foi 24% superior ao orçado, pois, conforme já comentado para o Plano A, houve elevação dos índices de inflação e de juros. Neste caso, os destaques vão para as NTN-Bs da carteira própria e do fundo exclusivo, além dos títulos de crédito privado. Empréstimos também performaram acima do previsto, em razão do aumento das taxas de juros, já que os contratos são referenciados ao CDI.

Quanto ao PGA, na parcela de despesas, esta ficou 7% abaixo do valor orçado, em face da redução de custos e de despesas ainda não realizadas. No tocante ao fluxo de investimentos, o valor realizado ficou 20% acima do orçado, em face da elevação dos índices de inflação e de juros, que afetaram positivamente os ativos da carteira. O Orçamento foi elaborado atendendo ao § 1º, do Art.16, da Resolução CGPC nº 13, de 01/10/2004.

5. ADERÊNCIA DA GESTÃO DOS CONTROLES INTERNOS

5.1. Controles Internos

O Comitê de Controles Internos da Fundação (“COINT”) vem desempenhando as suas atividades, atuando como órgão consultivo e de assessoramento às diversas áreas. Não obstante, o CONFI enfatiza a necessidade de que as ações do COINT tenham, cada vez mais, o caráter preventivo no seu assessoramento à Fundação.

5.2. Plano de Ação

Em conformidade com a Resolução CGPC nº 13/04, a Fundação sinaliza medidas a serem observadas e avaliadas anualmente, em sintonia com as melhores práticas de governança, gestão e controles internos.

O Relatório de Pendências apresenta as atividades listadas por natureza, sendo relevante destacar que no 1º semestre de 2021, não houve apontamento do CONDEL, CONFI, DIREX e Auditoria Externa, tampouco houve recomendações ou demandas da PREVIC e Certificadora em Controles Internos. De toda forma, seguem na tabela abaixo algumas recomendações.

Origem	Demanda	% Execução	Grau de Impacto
Legislação	Adequar as funcionalidades do site à exigência da Resolução CNPC 26/2017 que dispõe sobre a adoção de transações remotas.	90%	Baixo
Legislação	Adequação de normas, procedimentos e sistemas ao disposto na Instrução PREVIC 34, de 28/10/2020.	20%	Baixo
Planejamento Estratégico 2018	Promover novo Recadastramento, com ênfase no uso online, revisando a ferramenta utilizada.	100%	Baixo
Planejamento Estratégico 2018	Implantar a modalidade de concessão de empréstimo online.	100%	Baixo

Origem	Demanda	% Execução	Grau de Impacto
Planejamento Estratégico 2020	Criar programa específico de treinamento para os empregados que substituem os gestores durante as suas ausências.	50%	Baixo
Planejamento Estratégico 2020	Criar um canal ou portal que tenha conteúdos relacionados à privacidade e proteção de dados para funcionários e participantes. (Estratégia de Privacidade)	90%	Médio
Planejamento Estratégico 2020	Revisar periodicamente as políticas com o objetivo de manter atualizados os documentos internos e aproveitar a oportunidade para aplicar melhorias seguindo as diretrizes da PREVIRB. (Política de Privacidade)	50%	Baixo
Planejamento Estratégico 2020	Finalizar a implantação do Portal com melhorias para os usuários e inclusão dos atributos de relacionamento remoto.	90%	Médio
Planejamento Estratégico 2020	Continuar as apresentações mensais sobre a gestão dos investimentos no Plano A.	-----*	Baixa
Planejamento Estratégico 2020	Realizar apresentações sobre investimentos do Plano B.	-----*	Baixa
Planejamento Estratégico 2020	Realizar encontros periódicos no GUIA.	-----*	Baixa
Planejamento Estratégico 2020	Fazer workshops com o contingente ainda não participante.	-----*	Baixo

* Suspensos devido a Pandemia de COVID-19.

Além dos planos de ação destacados acima, o aludido Relatório apresenta o cumprimento das obrigações sob a ótica legal e operacional, destacando, por sua vez,

todas as atividades finalizadas e apresentando justificativas para os casos em que houve atrasos.

5.3. Fatos Relevantes

5.3.1. Destacamos os principais fatos do Plano A:

- I. A massa segurada do Plano A reduziu em 2,76%, no primeiro semestre de 2021, em comparação ao mesmo período do ano anterior;
- II. Em relação ao Grupo de Custeio “Pré-68”, as Reservas Matemáticas de Benefícios Concedidos totalizaram R\$ 136.952.296,30 e registradas no Ativo do Plano, como “Operações Contratadas”.

5.3.2 Destacamos os principais fatos do Plano B:

- I. A massa segurada do Plano B aumentou em 3,79%;
- II. Houve alteração do Plano de Custeio, com vigência a partir de abril/2020, em que as contribuições de Ativo, Autopatrocinado e Remido com risco passaram de 5,769% (2020) para 6,0809% (2021) e as de Assistido passaram de 4,070% (2020) para 4,920% (2021);
- III. Verificamos um volume superior de contribuições recebidas no 1º semestre de 2021, para o Plano B, com aumento de 4,62%, comparativamente ao primeiro semestre de 2020, decorrente a variação positiva do número de participantes e pelo aumento das taxas de custeio do plano;
- IV. A Reserva de Benefícios Concedidos aumentou 21,93% em comparação ao mesmo período de 2020 e 10,03%, se comparado à posição do final do exercício de 2020. Em termos de valor, a RMBC variou de R\$ 44.504.188,82 em 30/06/2020; para R\$ 51.976.395,01 em 31/12/2020; e para R\$ 57.519.993,58, em 30/06/2021, o que acarretou uma necessidade

de aumento da Reserva de Contingência de até R\$ 11.126.047,21 em 30/06/2020; para até R\$ 14.379.998,40, em 30/06/2021.

5.4. Despesas Administrativas

INDICADOR RES	DESCRIÇÃO	META (anual)	RESULTADO O Jun./2021
IG 01	Despesas Administrativas X Recursos Garantidores	0,38%	0,35%
IG 02	Fundo Administrativo/Total do Ativo	1,30% (mínima)	1,11%
IG 03	Despesas Administrativas/Participante (massa segurada)	R\$ 330,00	R\$ 354,41
IG 04	Despesas Administrativas de Pessoal/Despesas Administrativas	68%	65,59%
IG 05	Serviços de Terceiros/Despesas Administrativas	19%	12,68%
IG 06	Número de Empregados Treinados/Número Total Empregados	85% (mínimo)	60%
IG 07	Nível de Adesão ao Plano	92% (mínimo)	90,73%

(*) Indicadores e Resultados apurados ao final do 1º semestre de 2021, cotejados com as metas anuais estabelecidas para o exercício de 2021.

Em relação ao resultado dos indicadores expostos no quadro acima, para o momento, cabem os seguintes comentários:

IG01 – Despesa Administrativa / Recursos Garantidores

É o principal indicador de gestão da Fundação, que mensura a relação entre as despesas administrativas e os recursos garantidores dos planos, de modo que, quanto menor o índice, melhor. Indica ainda a eficiência na gestão.

A meta estabelecida pelo CONDEL é de no máximo 0,38%. Nesse 1º semestre, o indicador alcançou o patamar de 0,35%, estando 7,89% abaixo da meta estabelecida. Este resultado é fruto do acompanhamento diligente por parte da DIREX e, em linhas gerais, das ações de gestão e controle das despesas. Neste 1º semestre, o contínuo foco na redução do nível geral de despesas e as renovações dos contratos vincendos em bases mais restritivas, foram os itens mais relevantes.

IG02 – Fundo Administrativo / Total do Ativo

Tem como objetivo medir o percentual do Fundo Administrativo, em relação ao Total do Ativo. Como tendência, quanto maior o percentual apurado, maior a margem de segurança do fundo para suprir suas despesas administrativas futuras.

Para essas despesas foram aprovados, pelo CONDEL, limites mínimos de 1,30%, admitindo-se variação de até 10%. No 1º semestre o indicador alcançou o patamar de 1,11%, estando 14,62% abaixo da meta. No ano de 2020 foi aprovado a cobrança da taxa de administração sobre os ativos previdenciais, voltando assim com o ingresso de recursos no PGA. Trata-se de um trabalho de evolução e esperamos atingir a faixa de admissão dos limites.

IG03 – Despesas Administrativas / Participante (massa segurada)

Esse indicador mede o volume médio de despesa administrativa por participante.

Como tendência, quanto menor o resultado apurado, melhor. A maturidade do plano é um dos fatores de influência, sobretudo em termos de custos de transação.

Ademais, existe a questão do quantitativo de massa. No caso da PREVIRB, a massa segurada do Plano Previdencial A possui tendência decrescente por ser um plano fechado. Em relação ao Plano Previdencial B, embora tenha havido crescimento da massa segurada, observa-se grande movimentação, tanto de novas entradas como de saídas. Assim, mesmo mantido o valor das despesas administrativas, o indicador apresentou queda. No comparativo do período (1º Sem/20 – 1º Sem/21), o número total da massa segurada do Plano A diminuiu de 1.485 para 1.444, ou seja, uma diminuição de 2,76%. Já

no Plano B, a variação foi de 634 para 658, representando um aumento de 3,79%. No consolidado, a variação da massa total foi de 2.119 para 2.102, representando um decréscimo de 0,80%.

A meta estabelecida pelo CONDEL é de no máximo R\$ 330,00, admitindo-se variação de até 10%. No 1º semestre, o indicador alcançou o patamar de R\$ 354,41, estando 7,40% acima da meta estabelecida, mas situando-se dentro da variação admitida.

IG04 – Despesas Administrativas de Pessoal / Despesas Administrativas

Apresenta o percentual das despesas administrativas com pessoal e encargos em relação à despesa administrativa total. Reflete o peso dos gastos com pessoal no total das despesas administrativas.

A meta estabelecida pelo CONDEL é de no máximo 68%, admitindo-se variação de até 10%. No 1º semestre o indicador alcançou o patamar de 65,59%, estando 3,54% abaixo da meta estabelecida.

IG05 – Serviço de Terceiros / Despesas Administrativas

Apresenta o percentual das despesas administrativas com terceiros em relação à despesa administrativa total.

O resultado apurado indica o grau de dependência de serviços de terceiros da Entidade. Esse resultado vem se mantendo abaixo do limite estabelecido, pois a Entidade diminuiu as despesas com terceiros comparado com o das despesas administrativas totais.

A meta estabelecida pelo CONDEL é de no máximo 19%, admitindo-se variação de até 10%. No 1º semestre, o indicador alcançou o patamar de 12,68%, estando 33,26% abaixo da meta estabelecida. Há na Fundação um acompanhamento permanente das despesas com terceiros e da *performance* de cada contrato, de forma a monitorar o desempenho de cada prestador. Além disso, observa-se para que todos os contratos sejam mantidos dentro do escopo necessário, avaliando periodicamente, permitindo, assim, o cumprimento da meta.

IG06 – Número de Empregados Treinados / Número Total Empregados

Indica o volume de investimentos realizados com treinamento e qualificação. Esse indicador visa demonstrar que quanto maior o resultado apurado, maior a preocupação da PREVIRB com a formação do seu pessoal. Adicionalmente, sempre é observado a qualidade do treinamento e a aplicabilidade no cumprimento das tarefas pelos empregados treinados, aperfeiçoando o indicador.

A meta estabelecida pelo CONDEL é de no mínimo 85% dos empregados treinados. No 1º semestre o indicador alcançou o patamar de 60%, estando 29% abaixo da meta anual estabelecida. Cabe destacar que esse indicador embora acompanhado mensalmente, somente é devidamente apurado ao final do exercício.

IG07 – Nível de Adesão ao Plano Previdencial B

Indicador mede, mensalmente, o percentual de participantes que já aderiram ao plano.

A meta estabelecida pelo CONDEL é de no mínimo 92%, admitindo-se variação de até 10%. No 1º semestre o indicador alcançou em junho o patamar de 90,73%, ficando na média anual com 90,95%, portanto 1,14% abaixo da meta estabelecida, mas situando-se dentro da variação admitida. Tal resultado pode ser creditado a uma maior rotatividade nas contratações e desligamentos no Patrocinador-Fundador.

5.5. Controle de Certificação e Habilitação

Em atendimento ao Art. 8º da Resolução CNPC 39/2021, informamos que:

- a) CERTIFICAÇÃO – a PREVIRB possuía em jun./2021, devidamente certificados: 100% dos diretores executivos; 60% dos conselheiros deliberativos efetivos; 60% dos conselheiros deliberativos suplentes; 60% dos conselheiros fiscais efetivos; 100% dos conselheiros fiscais suplentes; 66% dos membros efetivos do comitê de investimento; 40% dos membros suplentes do comitê de investimento; e 100% dos empregados diretamente responsáveis pela aplicação dos recursos garantidores dos planos. Destacamos que no COINV um membro efetivo que ingressou em 2020 e dois

suplentes que ingressaram em 2021, estão dentro do prazo de 1 ano para obtenção de suas Certificações;

- b) HABILITAÇÃO – todos os diretores e conselheiros deliberativos e fiscais obedecem aos critérios listados na Instrução PREVIC nº 41/2021.

5.6. Contencioso da Fundação

Avaliando de forma objetiva as informações constantes no Memorando SUPGE-016/2021, o contencioso judicial da Fundação, referente ao 1º Semestre de 2021, encontra-se distribuído nas seguintes áreas e quantidade de ações:

Na área previdencial, a PREVIRB atualmente responde por 17 ações, das quais:

Instância	QTD.
1ª Instância	9
2ª Instância	1
Tribunais Superiores	1
Execução	6

Quanto à classificação de perdas, temos o seguinte cenário:

Classificação de Perda	QTD.
Provável	6
Possível	6
Remota	5

Cabe destacar que o percentual de provisionamento obedece às normas do IBRACON. O objeto mais demandado ainda permanece como o “*pedido de extensão do PCS aos assistidos*”, com 5 demandas e vários atores em cada ação.

Outro destaque é o surgimento de 2 novas ações referentes a obrigação de fazer, em que os autores contestam a última alteração do Regulamento do Plano A.

Destaques no andamento das ações, é que em grau de recurso foram mantidas as improcedências nas ações dos autores José Ivan Sales Moreira e Antonio Tadeu Uchôa (Fortaleza) e Hélio Guarisco (Rio de Janeiro). A ação de “Exibição de Documentos” da pensionista Maria Martins Hermes (Natal) foi resolvida com êxito para a Fundação.

Na área administrativa tramita 1 ação em que a Fundação figura como parte ré (Autor solicita indenização por cobrança indevida de aluguel no *World Trade Center-SP WTC*), já tendo sido proferida sentença de improcedência. O autor está recorrendo. A ação contra a AUM Investimentos foi excluída do relatório, tendo em vista a finalização do pagamento do acordo.

Na esfera tributária existem 7 processos em curso, dos quais 2 estão na esfera administrativa e 5 na esfera judicial, dentre os quais, 4 são de responsabilidade do PGA e 3 do Plano A. Informamos que o processo da CSSL já figura na esfera judicial, tendo em vista o esgotamento da tramitação administrativa e o processo da execução fiscal relativo a Execução Fiscal - IRRF – Desenquadramento da Anistia da MP nº 2.222/2001 teve o (seguro garantia) substituído por depósito judicial.

Por fim, somente 1 ação originária da área de investimentos, sendo relativa a LFT de Pernambuco, já de longa data e sem alteração.

6. COMENTÁRIOS

6.1. Gestão Atuarial

As alterações e influências sofridas pelos Planos, durante o 1º semestre de 2021, estão descritas no item 3.1 desta Manifestação, as quais são de conhecimento e já foram aprovadas pela PREVIC.

Desta forma, este Conselho entende que os regimes, métodos e premissas estão consistentes entre si, com os dados cadastrais, de acordo com a legislação e com os objetivos e práticas atuariais.

6.2. Custo da Gestão

Os custos decorrentes da gestão, no período sob análise, apresentaram-se aderentes às propostas orçamentárias, observados os comentários descritos no item 4 desta Manifestação.

6.3. Classificação entre as maiores Entidades Fechadas de Previdência Complementar

De acordo com o último consolidado estatístico da ABRAPP, disponível em abril/21, esta Fundação mantém uma posição bastante confortável, figurando no 65º lugar.

7. MANIFESTAÇÃO

Com base nas verificações e análises efetuadas, o Conselho Fiscal se manifesta no sentido de que a Fundação de Previdência dos Servidores do IRB (PREVIRB), observado o conteúdo do presente Relatório, está adequada ao modelo de governança corporativa, proposto pela Resolução CGPC nº 13, de 01/10/2004 e Resolução CNPC nº 39, de 30/3/2021.

Esta manifestação deverá ser levada ao conhecimento do Conselho Deliberativo, a quem caberá decidir sobre as providências que, eventualmente, devam ser adotadas. Deverá, ainda, permanecer nesta Entidade à disposição da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC).

Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 2021.

Daniel Volpe

Presidente

Thays Vargas Ferreira da Cunha

Membro Titular

José Carlos de Lacerda Souza

Membro Titular

Davi Dias da Silva

Membro Titular

Thiago Gomes do Carmo

Membro Suplente

Maria Gracia Provenzano

Membro Titular

Armando Rubens de Campos

Mendes

Membro Suplente

Paulo Cesar da Conceição Silva

Membro Suplente